**PROJETO DE LEI Nº 007/2009
DE 04 DE MARÇO DE 2009**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.576/2002, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**PEDRO FERNANDO GRASSI - Prefeito Municipal de São José do Ouro,
Estado do Rio Grande do Sul**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso
IV da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso II, do art. 34, da Lei Municipal nº 1.576, de
10.04.2002, tendo a seguinte redação:

“I -

II - 25% (vinte e cinco por cento) quando a distância percorrida for **superior a
5 (cinco) km** e de até 10 (dez) km;

III - ...”

Art. 2º - Fica igualmente alterado o § 1º, do art. 34, da Lei Municipal nº 1.576,
de 10.04.2002, passando a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º - O profissional da educação não residente no Município terá como base,
para efeito do que dispõe o *caput* deste artigo, em relação a distância do deslocamento, **a sede
administrativa municipal.**

§ 2º -”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições contraditórias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 04 DE MARÇO DE 2009.

Pedro Fernando Grassi
Prefeito Municipal

Just. 007/2009

Justificativa ao Projeto de Lei n.º 007/2009

São José do Ouro, RS, 04 de março de 2009.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminhamos à Nobre Edilidade o presente Projeto de Lei, com a finalidade de alterar dispositivos legais que não coadunam-se com a efetiva realidade do nosso Corpo Docente Municipal .

Por lapso do legislador, quando da edição da Lei Municipal nº 1.576/2002, que estabeleceu o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, criou-se lacunas na referida legislação, dificultando, por vezes, a boa aplicação e efetivação dos direitos dos profissionais da educação que aqui atuam.

O art. 34, referido, prevê o pagamento de gratificação por Dificil Acesso aos profissionais da educação, que trabalham nas unidades escolares no interior do Município.

Assim, o inciso I do mesmo artigo, prevê a distância entre 4 e 5 km, para que o profissional faça jus àquela gratificação.

Já, no inciso II, a falha que ora pretende-se corrigir, se faz sentir, posto que, entre o percurso de **5 e 6 km**, a gratificação fica a descoberto. Por esta razão, é que a presente redação supre a irregularidade apontada.

Noutro lado, não deixou claro o legislador, no momento em que ao redigir o § 1º do mencionado art., estabeleceu como base para o recebimento da gratificação por difícil acesso, “a sede municipal”. Neste contexto, sede municipal é compreendida como o núcleo habitacional, ou seja, a cidade de São José do Ouro como um todo.

Seguindo assim, a alteração que ora se propõe, pretende estabelecer como base de distanciamento, a **Sede Administrativa do Município**, ou seja, o prédio da Prefeitura Municipal – sendo este o marco inicial de contagem.

Tendo prestado os devidos esclarecimentos, solicitamos que o presente Projeto de lei, mereça a aprovação por parte deste Poder Legislativo, dispensando-se a tramitação regimental, adquirindo então, o caráter de urgência, que certamente merece.

Atenciosamente.

Pedro Fernando Grassi
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
VALCIR DOMINGO PERIN
DD. Presidente do Poder Legislativo Municipal
Nesta cidade.